

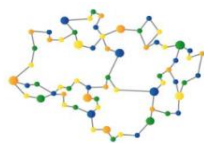
CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL
SECRETARIA EXECUTIVA

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO
CONSÓRCIO INTERESTADUAL DA AMAZÔNIA LEGAL – EXERCÍCIO 2023**

Aos 28 dias de fevereiro e 01 dia de março de dois mil e vinte e três, o Conselho de Administração do Consórcio Interestadual da Amazônia Legal, constituído pela Secretária Executiva do Consórcio, Sra. Zuleica Jacira Aires Moura, pelo Secretário de Estado de Planejamento e Gestão do Governo do Acre, Sr. Ricardo Brandão dos Santos; o Secretário de Estado de Meio Ambiente, Sr. Eduardo Costa Taveira; o Secretário da Representação do Governo do Amapá em Brasília-SEAB, Sr. Asiel Leite Araújo (designado pelo Governo do Estado Amapá para representar neste ato); o Secretário de Estado de Planejamento e Gestão do Estado de Mato Grosso, Sr. Basílio Bezerra Guimarães dos Santos, no ato substituído pelo seu suplente e Secretário Adjunto de Planejamento e Gestão do Estado de Mato Grosso, Sr. Sandro Luís Brandão Campos; o Diretor de Relações com Municípios e Entidade da Casa Civil, Sr. Josenir Gonçalves do Nascimento; o Assessor Especial da Governadoria do Estado de Rondônia, Sr. David Inácio dos Santos Filho; o Secretário de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação do Estado de Roraima, Sr. Marcio Glayton Araújo Grangeiro; e o Secretário de Planejamento e Orçamento do Estado do Tocantins, Sr. Sergislei Silva de Moura, reuniu-se ordinariamente, para discutir e deliberar sobre os seguintes pontos de pauta:

- 1) Planejamento das Atividades do Consórcio, Exercício 2023;
- 2) Melhorias de processos organizacionais, no âmbito do projeto gestão e governança e recomendações da FDC;
- 3) Aprovação de abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento 2023 – para alocação do superávit do exercício 2022.
- 4) Avaliação de proposta de Contrato de Rateio para o Exercício 2024 e Orientações para a elaboração do Orçamento Anual 2024.

A pauta inicial foi desdobrada em subtemas, abordados durante dos dois dias de encontro, todos com vistas a subsidiar as discussões sobre o planejamento anual da instituição, conforme abaixo listados. Parte dos assuntos inicialmente previstos não chegou a ser discutida e deliberada pelo Conselho, ficando como ponto de pauta para a próxima reunião. Subtemas da pauta: 1) Papel do Consórcio, avaliação e discussão sobre as entregas do Consórcio; 2) Programas e projetos em execução, melhorias a serem implementadas, segundo priorização; 3) Institucionalização de macroprocessos e processos; 4) Estratégias de melhorias no



CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL

SECRETARIA EXECUTIVA

âmbito do projeto de gestão e governança do Consórcio e recomendações da Fundação Dom Cabral; 5) Discussão sobre estrutura organizacional; 6) Implantação de auxílios (transporte, alimentação e saúde); 7) Suplementação orçamentária para 2023; 8) Ampliação do Orçamento Anual do Consórcio (OAC), exercício 2024; e 9) Atualizações de normas do Consórcio.

A reunião foi realizada presencialmente, na sede do Consórcio. Teve início no dia 28 de fevereiro, às 9h57, horário de Brasília-DF, e, em sua abertura, contou com a presença do Excelentíssimo Governador do Estado do Pará e Presidente do Consórcio da Amazônia Legal, Helder Zahluth Barbalho. Estiveram presentes os seguintes coselheiros: Sra. Zuleica Jacira Aires Moura, presidente do Conselho; os conselheiros titulares, Sr. Ricardo Brandão dos Santos, Secretário de Estado de Planejamento e Gestão do Governo do Acre; Sr. Josenir Gonçalves Nascimento, estado do Pará; Sr. David Inácio dos Santos Filho, estado de Rondônia; Sr. Marcio Glayton Araújo Grangeiro, estado de Roraima; os conselheiros suplentes, Sr. Sandro Luís Brandão Campos, estado do Mato Grosso, e Sr. Asiel Leite Araújo, Secretário da Secretária Extraordinária de Representação do Estado do Amapá, Sr. Marcelino da Rocha Flexa, Secretário Adjunto da Secretária Extraordinária de Representação do Estado do Amapá, ambos, representantes designados diretamente pelo governo do Amapá.

Após as boas-vindas e apresentações de praxe, a Secretária Executiva deu início ao cumprimento da pauta, elencando os pontos, e abrindo para falas dos conselheiros, com apontamentos registrados em ajuda-memória e os encaminhamentos finais na presente ata, conforme a seguir:

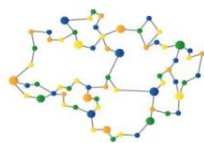
1. Planejamento das atividades do Consórcio, exercício 2023

1.1 – Papel do Consórcio

Após apresentação da pauta e ampla discussão, os conselheiros chegaram a um consenso, com destaque para alguns apontamentos e recomendações:

Conselheiro Josenir Nascimento: O papel do Consórcio está bem expresso no próprio art. 7º do estatuto da autarquia, o qual estabelece suas finalidades. Destacou a necessidade de retomar, de forma mais específica, o cumprimento destas finalidades e entende que o Consórcio deve ser também prestador de serviço e citou as compras coletivas para resolução de problemas coletivos e, em explanou sobre sua experiência com Consórcios Públicos.

Conselheiro Ricardo Brandão dos Santos/AC: o Consórcio é uma grande



CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL

SECRETARIA EXECUTIVA

ferramenta. Houve direcionamentos, mas ainda não da forma como os estados esperavam. Ressaltou a importância de apresentar resultados mais efetivos, o mais breve possível. Recomendou que o Consórcio interaja com as representações dos estados que estão instalados em Brasília, para melhor estreitamento institucional e a institucionalização, o mais breve possível, dos Núcleos Técnicos de apoio nos estados, normatizando por meio de Portaria.

Secretário Asiel Leite Araújo/AP: pontuou que a pauta voltada para Amazônia deve ser feita pela própria Amazonia, sendo necessário empoderar mais o Consórcio acerca deste tema, e observou sobre o cuidado com as representatividades, sugerindo levar discussão para o Fórum de Governadores. Conselheiro David Inácio dos Santos Filho/RO: Destacou a necessidade de fortalecer mecanismos para promover maior articulação junto aos estados e entre eles. Destaca que a articulação institucional, neste momento, é muito mais importante do que prestar serviço. Destacou a importância de priorização para a política de regularização fundiária na Amazônia.

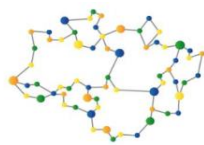
Conselheiro Sandro Luís Brandão Campos/MT: acredita que o Consórcio possui um Fórum adequado, mas é preciso ajustar as entregas para que possa se solidificar, sendo necessário definir estratégias para alcance efetivo dentro da possibilidade, ainda que seja entrega menores e palpáveis e, citou como exemplo, a regulamentação da nova lei de licitação, concretizando-a para os estados membros através de elaboração de minuta padrão.

Conselheiro Marcio Glayton Araújo Grangeiro/RR: Também recomenda que o Consórcio tenha que fortalecer as suas entregas, ressaltando que a pandemia foi um grande obstáculo. Mas acredita que o trabalho iniciado em 2020 deve prosseguir e, em alguns casos, ser retomado, cabendo ao Conselho de Administração alinhar as perspectivas.

A Secretária Zuleica Moura ressaltou sobre a importância do planejamento do trabalho para alcance de resultados, sendo necessário neste momento, um olhar para dentro da instituição, suas instâncias, para que seja identificado os erros e acertos, e assim poder avançar mais nas entregas, com um maior engajamento dos estados.

1. 2 – Programa e projetos em execução, e melhorias a serem implementadas, segundo priorização

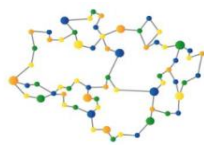
A seguir, Secretária Executiva, fez uma apresentação sobre as diretrizes dos dois instrumentos norteadores do Consórcio: o Planejamento Estratégico e o Plano de



CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL
SECRETARIA EXECUTIVA

Recuperação Verde-PRV, bem como o resumo dos trabalhos executados em torno dos 05 (cinco) programas âncora, priorizados no exercício 2022, sendo eles: Programa Regional de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas na Amazônia ; Programa de Fortalecimento da Bioeconomia e Cadeia Produtivas de Baixo Carbono; Programa Regional de Estruturação do Mercado de Negócios e Serviços Ambientais da Amazônia; Programa Regional de inteligência Estratégica Baseada em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) da Amazônia-Programa UNE; e Projeto Gestão e Governança do Consórcio. Após a apresentação, abriu-se discursiva sobre avaliação da lista dos 11 projetos iniciais de 2019 e os programas do PRV, para avaliação e definição das prioridades para o ano em curso. Os conselheiros trouxeram experiências dos seus estados quanto a constante necessidade de alinhamento dos planos municipais, estaduais e federal, pontuando como cada estado está priorizando as próprias políticas estaduais. Assim, no computo geral das falas, houve destaque para o fortalecimento e priorização de políticas e projetos aos quais o Consórcio deve ater maior atenção. Além dos programas âncora, os conselheiros destacaram fortalecer as políticas de agricultura familiar e regularização fundiária. Ao final, houve apontamentos e recomendações, como a de definir estratégia clara sobre como o Consórcio deve atuar junto aos estados para implementar determinados planos e projetos, a exemplo da política de Regularização Fundiária.

O Conselheiro Sandro Luís Brandão Campos chamou a atenção por ser 2023 um ano de elaboração do Plano Plurianual-PPA dos estados, frisando que todas as grandes estruturas administrativas têm planos decenais e, propôs que, antes do mês de abril do ano corrente, o Consórcio pudesse proporcionar um evento para orientar sobre a elaboração dos PPAs. Sugeriu ainda que o convite fosse estendido às instituições parceiras, para buscar orientações, antes de pensar em contratar uma consultoria. Frisou a necessidade de o Conselho sair desta reunião com os estados com um planejamento para os próximos dois meses, pois entende que é preciso embasar as decisões e projetos do Consórcio nos planejamentos dos estados, para melhor entender o cenário dinâmico da Amazônia e poder traçar estratégias mais alinhadas. Pontuou também em relação ao Programa Regional de inteligência Estratégica Baseada em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) da Amazônia -Programa UNE. Enxerga que é necessário ampliar o escopo deste projeto para entregas mais rápidas. Na oportunidade, informou sobre uma plataforma WIKI cedida pelo estado de Rondônia, a qual



CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL

SECRETARIA EXECUTIVA

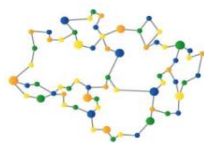
necessita apenas de customização e validação para implementar no Consórcio. Propôs também que seja incluída na pauta do próximo Fórum o tema de “governo digital” para discussão e troca de experiências entre os estados.

Continuando a discursiva, Secretária Executiva, contribuiu destacando da importância de os estados participarem e definirem sobre o que será feito, pois sem o envolvimento deles o Consórcio não irá conseguir empreender os projetos. Propôs que além de reunião com os entes, é necessária reunião com a Ministra de Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, para o Consórcio acompanhar o alinhamento que já foi iniciado junto aos estados para a elaboração dos novos PPAs. O Conselheiro Ricardo Brandão dos Santos também propôs que, na elaboração dos PPAs e LDOs, fossem feitos apontamentos de previsões no orçamento dos estados sobre projetos comuns. Isso posto, opinou sobre o Programa Regional de Estruturação do Mercado de Negócios e Serviços Ambientais da Amazônia, evidenciando a premência do marco legal e que o Consórcio deve ser o protagonista nesta discussão.

O Conselheiro Josenir Gonçalves Nascimento, contribuiu informando da necessidade de o Conselho traçar uma estratégia para auxiliar os entes para que possam atribuir previsões nos seus orçamentos diretamente para os programas do Consórcio. Opinou sobre o Programa Regional de Estruturação do Mercado de Negócios e Serviços Ambientais da Amazônia, informando que entende que a pauta sobre a comercialização de carbono é prioritária para o Consórcio, e que deve ser necessariamente gerida pelo Conselho de Administração. Finalizou propondo que seja feita solicitação junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, de assento para um membro Consórcio no Comitê Organizador do Fundo Amazônia- COFA.

Foi pontuado o estágio do Programa Regional de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas na Amazônia e ficou encaminhado, ao final da discussão, que ao Consórcio cabe articular com o governo Federal pelos interesses dos estados quanto à reativação do novo PPCDAM, que será lançado pelo Ministério do Meio Ambiente no próximo mês, cabendo ao Programa regional ser ponte para estas tratativas.

Os conselheiros votaram pela continuação do Projeto Gestão e Governança do Consórcio, em alinhamento com as propostas de melhorias feitas com pela consultoria da Fundação Dom Cabral. Recomendaram a elaboração de plano de ação pelo Conselho de Administração para o exercício de 2023, para



CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL

SECRETARIA EXECUTIVA

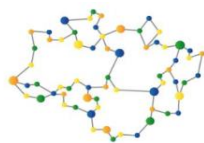
acompanhar a execução dos trabalhos em torno dos projetos priorizados. Decidiram pela realização de reunião mensal do Conselho de Administração (virtual) para acompanhamento das atividades, bem como pela institucionalização dos núcleos técnicos de apoio nos estados.

Dando seguimento, Secretária executiva, além da avaliação dos 05 programas âncora, os conselheiros avaliaram o estágio de 07 projetos prioritários, previstos no planejamento estratégico, sendo decidido pela retomada das iniciativas que foram suspensos. Para tanto, realizar reuniões setoriais com os representantes de todas as Câmaras Setoriais e coordenações. São os seguintes os projetos em questão: Aquisições Conjuntas de Bens, Produtos, Insumos e Serviços em Saúde; Alfabetização e Aprendizagem na Idade Certa em Regime de Colaboração com os Municípios e Programa Tático Operacional de Articulação Interestadual em Segurança Pública; Consolidação da Rede de Infraestrutura e Logística de Transporte Multimodal da Amazônia Legal; Regularização Fundiária das Glebas Públicas da região; Integração do Zoneamentos Ecológico-Econômico da Amazônia Legal; Alinhamento de Protocolos para a Eficiência da Gestão Ambiental.

Após discursiva acerca dos projetos, definiu-se que cada Conselheiro ficará responsável em auxiliar uma Câmara Setorial e que devem ser priorizadas as setoriais que exijam tratativas com o governo federal, como o Projeto de Regularização Fundiárias das Glebas Públicas da Região e o projeto de Infraestrutura e Logística de Transporte Multimodal da Amazônia Legal, este último a fim de alinhar as diretrizes com o PPI – Plano de Parcerias para Investimentos.

Quanto aos projetos de Integração do Zoneamentos Ecológico-Econômico da Amazônia Legal, vinculado à Câmara do Meio Ambiente, o colegiado entendeu que a iniciativa deve permanecer suspensa, por enquanto. Para o projeto de Compras Compartilhadas em Saúde, da Câmara de Saúde, além da reunião com a setorial, realizar levantamento nas setoriais de saúde dos estados de como está a situação da regulamentação da nova lei de licitação, e pensar em como auxiliá-los para adequação à nova norma. Para este e os demais projetos, agendar reuniões com seus respectivos coordenadores para definição de estratégias de retomada das atividades.

A seguir, Secretária Executiva, apresentou a lista de parceiros que o Consórcio interagiu até hoje e os Acordo de Cooperação e Memorando de Entendimento



CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL

SECRETARIA EXECUTIVA

celebrados, ficando de disponibilizar os documentos firmados aos conselheiros via e-mail.

1.3 – Estratégia de melhorias, no âmbito do projeto gestão e governança e recomendações da Fundação Dom Cabral

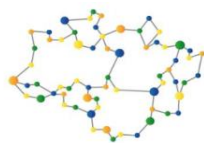
A Secretária Executiva apresentou ao Conselho quadro estruturado com elenco dos principais pontos de melhoria no processos de gestão, sugeridos tanto pelo projeto, quanto pela consultoria da FDC, para discussão, avaliação e encaminhamentos quanto ao cronograma de execução. Parte do elenco de recomendações foram discutidos, sendo encaminhado prosseguimento da análise durante a próxima reunião do Conselho. Foi deliberado pela elaboração de um plano de ação, com respectivos prazos e responsáveis por trabalhar as melhorias priorizadas. Além disso, conselheiro Ricardo Brandão dos Santos, estado do Acre, apresentou ferramenta de gerenciamento de demandas do seu estado, e deixou a disposição para utilização pelo Consórcio. Neste momento também foi mencionada a ferramenta utilizado pelo estado de Rondônia.

1. 4 – Institucionalização de macroprocessos e processos

Dando continuidade à pauta, Secretária Executiva, apresentou as linhas gerais do trabalho feito pela equipe Secex, com o apoio da FDC, durante 7 meses, referente ao desenho de processos e macroprocesso, guiado pela metodologia do chamado sincronismo Organizacional. Contudo, o detalhamento do assunto foi agendado para a próxima reunião, pois exigiria mais tempo do que o disponível para que os Conselheiros se apropriem dos conteúdos e definam a melhor estratégia e cronograma para a implementação dos processos.

1.5 – Proposta de nova estrutura organizacional

A Secretária executiva apresentou proposta de nova estrutura organizacional, especialmente, para reforço da área de projetos, monitoramento e comunicação da instituição. Após avaliação e discussão, o colegiado entendeu que, no momento, a recomendação é fazer tal reforço por meio da contratação de serviços de terceiros, pessoa jurídica e de consultorias nas seguintes áreas: Assessoramento em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); Consultoria para desdobramento da estratégia do CAL, definição de indicadores e metas, planejamento, atualização da carteira de projetos e alinhamento da governança; Serviços especializado de assessoramento ao Escritório de Projetos



CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL

SECRETARIA EXECUTIVA

do Consórcio, com apoio à formulação e implementação de projeto; e Serviços especializados em Comunicação.

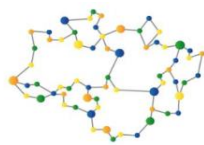
Quanto a ampliação do quadro de pessoal do Consórcio para o exercício de 2023/2024, os conselheiros condicionaram para uma discussão mais aprofundada na próxima reunião, pois será necessário avaliar ampliação do Contrato de Rateio. Ficou aprovado a manutenção de previsão orçamentária para eventual ampliação no quadro de pessoal, durante o exercício de 2023, contudo, com decisão para próximas reuniões.

1.6 – Implantação de ajuda de custo (vale transporte, vale alimentação e saúde)

Apresentado ao Conselho tabela com proposta de ajuda de custo a serem concedidos aos servidores do Consórcio, no valor total de R\$ 1.340,00 (mil trezentos e quarenta reais), sendo R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais) destinado ao custeio com transporte, R\$ 900,00 (novecentos reais) e alimentação. Foi apresentado também proposta de concessão de plano de saúde. O colegiado aprovou a proposta de concessão da ajuda de custo do vale transporte e alimentação, com implantação imediata, ressalvado o direito somente ao vale alimentação aos servidores lotados atualmente em home office. Foi aprovado também o pagamento referente ao valor retroativo, sendo observado um desconto a ser avaliado no vale transporte para o período pandêmico. A proposta aprovada deve seguir para o referendo da Assembleia Geral, para edição e publicação de Resolução.

1.7 – Servidores lotados externo à sede do Consórcio

A Secretária Executiva explanou para o Conselho sobre o quadro atual dos servidores ativos, informando que alguns continuam exercendo suas atividades em home office, e ainda, outros lotados fora da sede como no estado do Amapá e São Paulo. Os Conselheiros avaliaram e deliberaram que, além dos servidores que prestam serviço da sede do Consórcio, somente servidores residentes nos estados amazônicos poderão exercer suas atividades fora do escritório-sede do Consórcio, o que vale para novas contratações, visto que há previsão de criação dos núcleos técnicos, conforme disposto no seu estatuto. Foi recomendada edição de portaria para normatizar a execução das atividades dos servidores no regime presencial e home office, com controle da execução das atividades.



CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL

SECRETARIA EXECUTIVA

1.8 – Suplementação orçamentária e financeira

Dando seguimento às decisões colegiadas, foi submetido aos Conselheiros a proposta de suplementação orçamentária do exercício 2023, decorrente do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício 2022, no montante de R\$ 4.756.248,43 (quatro milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, duzentos e quarenta e oito reais e quarenta e três centavos). A secretaria explicou que a suplementação se faz necessária para incorporação do superávit financeiro e da disponibilidade de caixa ao orçamento vigente, com alocação destinado conforme quadro apresentado, com ajustes nos valores previstos para quadro de pessoal, a fim de atender demandas de natureza finalísticas e administrativas, no exercício de 2023. A proposta de suplementação foi aprovada por unanimidade, devendo ser levada ao referendo da Assembleia Geral, seguida de edição e publicação de Resolução.

1.9 – Proposta de ampliação do Orçamento Anual do Consórcio, exercício 2024

Foi apresentado ao Conselho proposta de fechamento do Orçamento Anual do Consórcio do exercício 2024 ainda no primeiro semestre de 2023, de modo a ocorrer antes da edição das LOAS e PPA's dos estados membros, bem como ampliação no valor do Contrato de Rateio para de R\$ 6.750.000,00 (seis milhões e setecentos e cinquenta mil) para manutenção administrativa e apoio a projetos do Consórcio. Conselheiros decidiram que o orçamento referente ao exercício de 2024 será fechado até abril/2023, porém a proposta de ampliação será submetida a nova análise na próxima reunião do Conselho.

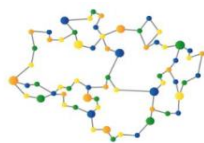
1.10 – Apresentação da proposta do projeto de lei para alteração do Protocolo de Intenções

Não houve tratativas referentes a esta pauta, por falta de tempo, ficando a apresentação e discussão para próxima reunião do colegiado.

O encerramento ocorreu no dia 01 de março às 17h20, por meio da discussão final, logo após Secretária Executiva, fez os agradecimentos e deu por encerrado os dois dias de reunião.

Ao final, registrou-se os seguintes encaminhamentos:

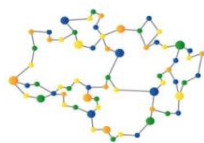
- 1) Realizar Fórum de Governadores para discussão acerca dos projetos prioritários do Consórcio, com representantes de todas as instâncias, com sugestões de mudança no formato para fortalecer a troca de experiência.



CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL
SECRETARIA EXECUTIVA

Previsão para ocorrer no mês de abril/2023, na cidade de Belém, estado do Pará;

- 2) Dar continuidade aos processos de melhoria iniciados, com elaboração de plano de ação para priorização de melhorias dos processos de gestão e governança do Consórcio, bem como para o acompanhamento e monitoramento dos programas e projetos previstos para o exercício 2023;
- 3) Solicitar agenda junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDS, solicitando assento para um membro Consórcio no Comitê Organizador do Fundo Amazônia- COFA;
- 4) Solicitar agenda com a Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, para acompanhamento das orientações sobre a elaboração dos PPAs dos estados, com a participação de representantes dos estados;
- 5) Elaborar e publicar Portaria institucionalizando os Núcleos Técnicos de apoio nos estados pelo Conselho de Administração;
- 6) Realizar reunião mensal do Conselho de Administração (virtual) para acompanhamento das atividades priorizadas, e discussão para os trabalhos das priorizações futura;
- 7) Disponibilizar aos Conselheiros via e-mail os atos celebrados entre o Consórcio e seus parceiros, como Acordo de Cooperação e Memorando de Entendimento;
- 8) Marcar agenda com Fundação Dom Cabral para apresentação do diagnóstico aos governadores, e promover tratativas visando nova contratação para revisão e atualização do Planejamento Estratégico do Consórcio e outros serviços;
- 9) Contratar serviços de consultoria nas seguintes áreas: Assessoramento em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); Consultoria para desdobramento da estratégia do CAL, definição de indicadores e metas, planejamento, atualização da carteira de projetos e alinhamento da governança; e Serviços especializado de assessoramento ao Escritório de Projetos do Consórcio, com apoio à formulação e implementação de projeto; e Serviços especializados em Comunicação;
- 10) Editar portaria para normatizar a execução das atividades dos servidores no regime presencial e home; e



CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL
SECRETARIA EXECUTIVA

11) Submeter à Assembleia Geral para referendo a suplementação orçamentária do exercício 2023, decorrente do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício 2022 e a aprovação da ajuda de custo para os servidores, referentes ao vale transporte e vale alimentação), para edição das respectivas Resoluções.

A reunião finalizou no dia 01 de março às 17h20 e eu Luciane Rodrigues Pantoja, coordenadora de controle interno do Consórcio, lavrei a presente ata, a qual será assinada de direito.

Brasília, 01 de março de 2023.

ZULEICA JACIRA AIRES MOURA

Secretária-Executiva
Presidente do Conselho

RICARDO BRANDÃO DOS SANTOS

Conselheiro Titular -
Governo do Estado do Acre

ASIEL LEITE ARAUJO

Representante designado pelo
Governo do Estado do Amapá
Secretário da Secretaria Extraordinária
de Representação do Governo do
Amapá em Brasília-SEAB

JOSENIRO GONÇALVES DO NASCIMENTO

Conselheiro Titular - Governo do
Estado do Pará

SANDRO LUÍS BRANDÃO CAMPOS

Conselheiro Suplente - Governo do
Estado de Mato Grosso

DAVID INÁCIO DOS SANTOS FILHO

Conselheiro Titular - Governo do
Estado de Rondônia

**MARCIO GLAYTON ARAÚJO
GRANGEIRO**

Conselheiro Titular - Governo do
Estado de Roraima



Cód. verificador: 146333347. Cód. CRC: 13CD8E3

Documento assinado eletronicamente por **DAVID INÁCIO DOS SANTOS FILHO**, SUPERINTENDENTE ESTADUAL DO PATRIMÔNIO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA -SEPAT, em 29/03/2023, **SANDRO LUÍS BRANDÃO CAMPOS**, SECRETÁRIO ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, em 28/03/2023 e outros, conforme decreto nº 0829/2018. A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://sigdoc.ap.gov.br/autenticador>

